

## **\*Educación y desigualdad social: un estudio de la enseñanza en un municipio del estado de Río de Janeiro.**

Lobo Yolanda y Daniel Damaceno.

Cita:

Lobo Yolanda y Daniel Damaceno (2007). *\*Educación y desigualdad social: un estudio de la enseñanza en un municipio del estado de Río de Janeiro. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/599>

# EDUCACIÓN Y DESIGUALDAD SOCIAL: UN ESTUDIO DE LA ENSEÑANZA EN UN MUNICIPIO DEL ESTADO DE RIO DE JANEIRO.

Yolanda Lobo  
Daniel Damasceno

## I – INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é estudar a situação atual dos professores de educação infantil no município de Campos (RJ) e fazer uma reflexão sobre o sentido e o significado de seu próprio trabalho, especificando os objetivos, as metas e os valores educativos considerados prioritários pelos professores. O estudo examina as ações educativas do poder público municipal para atender a educação de crianças de zero a cinco anos.

No conjunto de meu trabalho, recorri a documentos de natureza muito diferentes: entrevistas semi-estruturadas - que examina os traços pertinentes à leitura sociológica - e questionário. Fiz uso, pois, de uma metodologia que articula métodos quantitativos e estatísticos e métodos qualitativos e etnográficos. Essa articulação entre diferentes tipos de métodos é a condição para apreender simultaneamente o social incorporado e o social objetivado (Bourdieu, 1998). As descrições e as narrativas dos professores participam de uma escrita literária enquanto a análise de tabelas de dados e de histogramas remete a uma escrita mais formalizada e coloca em evidência uma certa vocação para objetividade.

Para levantar o perfil sócio-cultural do professor da Educação Infantil em exercício no Município de Campos fiz uso do instrumento de Questionário, elaborado e testado por especialistas da Fundação CDRH da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, na gestão da secretária Myrthes Wenzel, numa versão adaptada por mim, de modo a atender ao objetivo do trabalho. A escolha desse instrumento teve uma razão especial: permitiu, em uma fase posterior da minha pesquisa, cotejar os dados colhidos em 1978 com os que ora foram coletados.

O questionário foi dividido em duas partes e aplicado em duas etapas, correspondendo, cada uma delas, a uma parte específica: Na primeira parte, levantamento de dados específicos das condições sócio-econômicas e culturais dos professores da Educação Infantil e, na segunda etapa, levantamento de dados sobre a escola em que atuam esses professores. Optei por trabalhar com a população em vez de se usar amostragem. O percentual de respondentes, porém, definiu a amostra desse

grupo de professores. Foram entregues 455 questionários, por ocasião da reunião semanal realizada com professores de Educação Infantil com a Coordenadora deste nível de ensino, na Secretaria Municipal de Educação. Dos 455 questionários entregues somente 158 foram respondidos, sendo 108 de Pré-Escola e 50 de Creche. Elaborei estatísticas específicas, utilizando o programa SPSS. A população da pesquisa que respondeu ao questionário, portanto, foi constituída de professores regentes de classes de Educação Infantil em unidades escolares dos Distritos do Município de Campos dos Goytacazes. Os resultados da investigação referem-se aos cento e cinquenta e oito questionários respondidos.

## II - RESULTADOS PRELIMINARES

### **Variáveis Demográficas:**

Em sua quase totalidade o professor de Educação Infantil em exercício na rede pública de Campos dos Goytacazes é do sexo feminino (apenas um professor é do sexo masculino), predominantemente casado (68,5%), seu cônjuge exerce ocupação não manual de rotina ou assemelhada (39,1%); o professor tem entre 25 e 42 anos; 50% possui filhos. Dentre essa parcela que possui filhos, a maioria possui um filho menor (40,7%). Uma pequena parcela (17,5%) declarou possuir filhos maiores. Dentro dessa amostra, a maioria (42,1%) possui um filho maior. O professor reside em casa própria (81,4%) de alvenaria, com revestimento, de um pavimento (56,4%). A casa possui dois ou três quartos (43,5% cada), uma sala (61,1%) e um banheiro social (72,2%), sem banheiro de empregada (87,9%). O grupo familiar do professor é composto por quatro pessoas (32,4%) com duas pessoas contribuindo para a renda familiar (62,9%). A grande maioria é originária do município de Campos dos Goytacazes (90,7%). Para se locomover até a unidade escolar, o professor utiliza o ônibus (62,9%), já que os professores estatutários têm o passe livre como um dos benefícios do regime de trabalho. O professor de Educação Infantil tem bastante experiência no magistério expressa em anos de exercício no magistério (32,5% dos professores declaram ter entre seis e dez anos no magistério, e 79% já trabalhou em mais de uma escola). Entretanto apesar da longa experiência no magistério, leciona há pouco tempo em classe de Educação Infantil (entre menos de um ano e três anos encontram-se 53,3% dos professores), uma vez que se trata de uma modalidade de ensino que somente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 passou a ser a primeira

etapa da Educação Básica. O 1º Distrito de Campos concentra mais da metade dos professores que atende à educação infantil; desses, 50,9% ensina na zona urbana e 4,6% na zona rural. 12,9% ensina em zona de difícil acesso. Na amostra colhida verificou-se que 97,3% do professorado faz da profissão docente exclusivo meio de vida.

### **“Background” Familiar e Formação Inicial**

O professor de Educação Infantil em exercício no município de Campos não recebeu formação especial para exercer o magistério nessa modalidade de ensino. Sua formação inicial é diversificada: 26,8% cursou o ensino médio na modalidade Magistério (Escola Normal); 2,7% cursou somente a formação geral do ensino médio (portanto não são legalmente habilitados para o magistério, nem em Educação Infantil ou em qualquer outra modalidade de ensino.); 35,1% completou seus estudos superiores em diferentes graduações; desses 35,1% o percentual dos que afirmam ter cursado o Normal Superior é de 30,1%; os que cursaram Pedagogia são 30,1% e os que responderam ter concluído “outros tipos de graduação” são 39,1%. Vale ressaltar que os professores que declaram ter graduações em “outros tipos de curso” não possuem formação adequada para exercer o magistério em Educação Infantil, já que de acordo com a LDB 9394/96 em seu Art. 62:

*Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.*

Um elemento importante pode ser observado na representação dos dados sobre a formação inicial do professores. Ao compararmos o nível de escolaridade do professor com o de seus pais e cônjuges é possível perceber uma ascensão cultural por parte dos docentes, cuja escolaridade ultrapassou a de seu âmbito familiar.

### **Condições Econômicas**

No que diz respeito à condição econômica de trabalho há duas situações: os professores que ingressaram por meio de concurso público e cujo vínculo empregatício é regido por estatuto próprio do poder público municipal e os que estão subordinados ao

Regime Especial de Trabalho (RET). O professor estatutário do Município recebe remuneração superior àquela auferida pelo magistério da rede pública do Estado do Rio de Janeiro e, no próprio Município de Campos dos Goytacazes a remuneração do professor insere-se no quadro das mais elevadas, incluindo neste quadro o magistério da rede privada. O salário inicial do professor estatutário municipal é de R\$ 854,44. Acrescenta-se ao salário básico inicial uma série de benefícios: salário família, tempo de serviço (quinqüênios), gratificações adicionais (3% ao ano para cada curso de 45 horas realizado, de acordo com a Lei nº 5.132/90, podendo chegar até 15% do salário), gratificação por conclusão de Curso Superior (R\$ 170,00, de acordo com a Lei nº 7.345/02), Auxílio Alimentação (R\$ 150,00 mensais), “Passe livre” para usar o transporte coletivo, Assistência médico-hospitalar (convênio Prefeitura com a Pró-Clinica Médico-Cirúrgica). O professor estatutário tem sua Caixa de Previdência, a PREVCAMPOS, para a qual contribui com R\$ 145,00 mensais. O Professor estatutário pode, ainda, participar normalmente do Regime Especial de Trabalho e assim acrescentar R\$ 560,00 ao seu salário básico e dobrar sua jornada de trabalho (mais 20 horas de trabalho).

Para suprir a falta de professores, a Prefeitura criou o Regime Especial de Trabalho (RET). Este regime especial de trabalho permite a Prefeitura contratar professores sem realizar concurso público. O professor subordinado ao RET recebe tão somente R\$ 560,00, fórmula que não inclui os encargos sociais nem vínculo empregatício. Neste caso, o professor estatutário, se assim quiser, poderá “dobrar a matrícula” (a carga horária é acrescida em 20 horas semanais) e acrescentar R\$ 560,00 ao seu salário de estatutário; os professores não estatutários, que exercem o magistério sob o regime especial, recebem somente os R\$ 560,00 sem outros benefícios. A pesquisa não detectou como a prefeitura seleciona esses profissionais, por desconhecer a existência dessa forma de recrutamento antes de aplicar o questionário.

### **O Que faz o Professor de Educação Infantil em Campos dos Goytacazes**

O regime de trabalho do professor de Educação Infantil estatutário em Campos dos Goytacazes oscila entre 20 e 25 horas semanais, assim distribuídas: vinte horas em trabalho de aulas, cinco horas semanais em *planejamento, construção de material e preparo de exercícios*.

Além das aulas, desempenha tarefas de administração, reserva tempo para: programar, preparando exercícios e atividades para o uso em sala de aula; avaliar, verificando o andamento da turma; reciclar-se, fazendo os cursos de aperfeiçoamento e especialização oferecidos pela Secretaria de Educação, lendo jornais, livros diversos e relacionados à Educação Infantil; orientar os alunos; atender os pais em reuniões semestrais; organizar atividades, que são desenvolvidas diariamente em sala de aula com as crianças; assistir a seminários, atendendo a uma exigência da renovação pedagógica; participar de reuniões de coordenação e direção, realizadas mensalmente.

No que diz respeito à renovação pedagógica, diz encontrar novos modelos, mais justos e participativos, de convivência e disciplina. Assim, não encontra problemas de disciplina em sala de aula, mas quando encontra “*conversa e dá mais atenção às crianças e as leva à participação na sala de aula*” (cf. Depoimento de professor), gastando de 5 a 10 minutos no controle da disciplina. No que se refere à sua formação continuada o professor faz cursos de aperfeiçoamento e especialização<sup>1</sup> oferecidos pela Secretaria de Educação Municipal. O professor recebe gratificação adicional de 3% do seu salário ao ano para cada curso de 45 horas realizado, de acordo com a Lei nº 5.132/90, podendo chegar até 15% do salário.

### III - O BEM-ESTAR DOCENTE

Enquanto revisávamos a literatura pedagógica da pesquisa, analisamos o texto do Professor José M. Esteve (1991), que em uma pesquisa feita em Portugal analisou a situação dos professores de 1ª série e diagnosticou o “*Mal-estar Docente*”, um conceito que define o grupo de professores pesquisados como desajustados por uma série de circunstâncias que os impede de desempenhar adequadamente o seu trabalho.

Segundo Esteve (1991) os professores enfrentam circunstâncias de mudança que os obrigam a fazer mal o seu trabalho, tendo de suportar a crítica generalizada, que, sem analisar essas circunstâncias, os considera como responsáveis imediatos pelas falhas do sistema de ensino. A expressão *mal-estar docente* aparece como um conceito de literatura pedagógica que pretende resumir o conjunto de reações dos professores como grupo profissional desajustado devido à mudança social. Para Esteve, seu estudo sobre *mal-estar docente*, teria funções bem precisas: a de ajudar os professores a eliminar o desajustamento. Se as circunstâncias mudaram, obrigando-os a repensar o seu papel

---

como professores, uma análise precisa da situação em que se encontram ajudaria a dar respostas mais adequadas às novas interrogações. Assim, o conhecimento mais exato do problema pode contribuir para evitar o desajustamento; a de servir como chamada de atenção à sociedade, para que compreenda as novas dificuldades com que se debatem os professores. Cotejando os resultados de nossa investigação com os obtidos por Esteve, encontrei um efeito inverso provocado pelas mudanças sociais sobre o professor de Educação Infantil no Município de Campos dos Goytacazes. Para descrever os efeitos permanentes, de caráter positivo, que estimulam a personalidade do professor, como resultado de condições psicológicas e sociais em que exerce a docência, empreguei pelo avesso a expressão “*Mal-Estar Docente*”, e passamos a designar o presente trabalho de “O BEM-ESTAR DOCENTE. A partir da base empírica da pesquisa pude constatar que o Professor de Educação Infantil em exercício no município de Campos dos Goytacazes apresenta alguns fatores que apontam para o Bem-Estar Docente.

Ao contrário de seus pais e cônjuges, o professor não exerce ocupação manual de rotina ou assemelhada, trabalha menos de 40 horas semanais e considera-se bem remunerado o que faz com que se sinta valorizado financeiramente e culturalmente, pelo fato de ter ascendido e ultrapassado os pais e cônjuge no que diz respeito à formação escolar.

O professor vê no magistério uma garantia de emprego, que o faz sentir segurança, destemor e estabilidade profissional, já que não se abala com “um mundo de emprego instável”. Essa valorização, segurança e satisfação faz com que o professor (na avaliação que ele mesmo se faz) desempenhe bem o seu trabalho, e, além disso, aspire continuar no magistério, notadamente na Educação Infantil, já que gosta de crianças pequenas, acredita ter vocação para a profissão e leciona para um número pequeno de alunos (as turmas de educação infantil têm entre oito e doze alunos). Início aqui uma reflexão remetendo a Max Weber e a “Ciência como Vocação”, onde o referido autor desenvolve a questão Trabalho x Vocação. Para Weber a vocação é feita de uma inquietação, uma inspiração que toma o homem, sem a qual jamais este produzirá algo de valor. Essa inspiração não pode ser forçada, não nasce quando temos vontade, mas seu surgimento se dá quando trabalho paixão caminham juntos. A inspiração não é uma questão de espera, mas de acaso.

“Sem essa embriaguez singular, de que zombam os que se mantêm afastados da ciência, sem essa paixão, sem essa certeza de que milhares de anos se escoaram antes de você ter acesso à vida e milhares se escoarão em silêncio, se você não for capaz de

formular aquela conjectura; sem isso, você não possuirá jamais a vocação de cientista e melhor será que se dedique a outra atividade. Com efeito, para o homem, enquanto homem, nada tem valor a menos que ele possa fazê-lo com paixão. Outra coisa, entretanto, é igualmente certa: por mais intensa que seja essa paixão, por mais sincera e mais profunda, ela não bastará, absolutamente, para assegurar que se alcance êxito. Em verdade, essa paixão não passa de requisito da inspiração, que é o único fator decisivo.”

Em suas respostas, os professores não percebem as contradições nos vários papéis que desempenham: o professor considera-se “amigo e companheiro de seus alunos” e, algumas vezes, “mães ou tias”; para eles, esses papéis não são incompatíveis com as funções seletivas e avaliadoras que também lhes pertencem.

Com o passar do tempo, a escola deixou de ter o corpo discente homogêneo e passou a ser um espaço democrático, abrangendo alunos de todas as camadas sociais. Essa explosão das matrículas, somada ao fato de atualmente a escola não ser mais a única fonte de aquisição de conhecimento exige do professor uma formação continuada e renovação pedagógica. No entanto, o professor de Educação Infantil em exercício no Município de Campos não se sente pressionado e não sente o *aumento das exigências que as mudanças sociais colocam para a docência*, considerando-se capaz de exercer a docência, já que fez (e continua fazendo) cursos de especialização, leituras de assuntos referentes à Educação e considera-se a par da renovação de conhecimento.

Com relação a esse aspecto de diversificação da clientela escolar e de heterogeneidade de turmas procurei saber dos professores se eles tinham dificuldades com disciplina em sala de aula. Em verdade, queria saber do professor se as relações nas escolas mudaram, se ele tinha consciência de relações conflituosas entre alunos, entre pais e professores, enfim, entre os atores sociais que atuam na escola. As respostas dos professores mostram que eles dizem encontrar novos modelos pedagógicos para estabelecer a convivência e a disciplina em sala de aula. Para isso, a maioria (50%) dos professores usa de 5 a 10 minutos para controlar possíveis casos de indisciplina. O diálogo também é bastante usado, uma vez que 85% dos professores procura “conversar com os alunos” e 55% dos professores “dá mais atenção às criança que apresentam problemas”. Vale ressaltar também que 65% dos professores entrevistados declarou que “leva as crianças à participação em sala”.

Uma das questões que procurei investigar diz respeito ao interesse do professor em continuar a exercer o magistério. A desvalorização salarial tem sido apontada por estudiosos como um dos fatores que tem provocado a falta de interesse do docente em



continuar exercendo o magistério, como assinalou Esteves. Segundo este autor, “o professor é visto como um pobre diabo que não foi capaz de arranjar uma ocupação mais bem remunerada”. Contrastando com a pesquisa de Esteves, o meu trabalho não encontrou indícios de “interiorização dessa mentalidade” que levou muitos professores a abandonar a docência,. De fato, encontrei nas respostas dos professores elementos que me levam a acreditar que a escolha da profissão para a maioria dos professores significou uma promoção social em relação aos seus núcleos familiares, razão pela qual eles não pretendem migrar para outros campos profissionais ou exercer atividades

O bem-estar docente produziu ações educativas com qualidade? Por que a escola brasileira, e particularmente a rede pública - estadual e municipal – em Campos dos Goytacazes apresenta resultados pouco animadores no *Prova Brasil*<sup>2</sup>? O que fazer para assegurar a formação adequada aos profissionais da Educação Infantil? O Regime Especial de Trabalho é um mecanismo político de controle da escola usado pela prefeitura ou instrumento de manobra para minimizar os gastos com o pessoal necessário que a escola exige para funcionar? Uma dúvida cruel me persegue: em que medida os professores desconhecem os limites de sua formação? Vale a pena refletir sobre estas questões.

#### IV - EXAME DAS AÇÕES EDUCATIVAS DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DE ZERO A CINCO ANOS.

Campos dos Goytacazes é um município e cidade localizado no norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Possui uma área geográfica de 4.031,910 quilômetros quadrados e uma população de 429.667 habitantes. Ao largo de suas costas, no Oceano Atlântico, importante exploração de petróleo e gás natural na plataforma continental, pela Petrobrás. É a maior produtora de petróleo do Brasil e foi a primeira cidade a ter energia elétrica da América Latina.

Campos tem um orçamento mensal de 1,3 bilhão, grande parte desse montante devido aos royalties por sua vital importância na atividade petrolífera brasileira. Desse orçamento, apenas 28% - cerca de R\$ 125 milhões – são gastos com a educação, sendo que R\$ 80 milhões são destinados à folha de pagamento e apenas R\$ 45 milhões para o custeio. Esse fator é um forte indicador para explicar os fracos resultados obtidos no Ideb e na estrutura física das escolas.

---

O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenhos em exames padronizados – SAEB ou Prova Brasil – obtidos pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª série do ensino fundamental e 3º ano do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar. Indicadores nacionais, como o IDEB, monitoram o funcionamento dos sistemas de ensino municipais, estaduais e federal no país. Sua importância em termos de diagnósticos e norteamo de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional está em: a) detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentam baixa performance em termos de rendimento e proficiência b) monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino.

No Rio de Janeiro, nas redes municipais de 1ª a 4ª série, Campos é o município de pior IDEB: 2,9 na escala de 0 a 10. No ranking nacional, Campos ocupa a posição 1.297. A capital, Rio de Janeiro, tem nota 4,3. Os melhores índices do Estado foram os municípios de Trajano de Moraes e São José de Ubá, com nota 5,4. No que diz respeito à segunda fase do Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) o desempenho de Campos cai para 2,7.

A precariedade não está apenas na qualidade do ensino. As condições físicas das escolas também são desfavoráveis. Principalmente no que diz respeito às escolas da periferia. Na Terra Prometida, local cedido pela prefeitura para as pessoas que não tinham onde morar, foi construído um CIEP ao lado de um depósito de lixo. É possível ver as crianças brincando ou até em alguns casos, procurando alimentos no lixo. A comunidade do local foi crescendo em volta do “lixão”, como é chamado pelos moradores. Outra escola da periferia foi construída em uma casa abandonada, na qual crianças de 6 anos de idade têm que subir por uma escada de madeira que está apenas apoiada na parede, não oferecendo segurança alguma aos alunos e professores. Na primeira fase de nossa pesquisa, vários professores relataram dificuldade para chegar ao prédio escolar, precisando, em alguns casos, de duas conduções e ainda tendo que completar o percurso a pé.

Esses dados deixam claro que o Bem-Estar Docente, diagnosticado pelos próprios professores da rede pública do município de Campos, não garante ações educativas de qualidade por si só, necessitando de maior atenção e iniciativa do poder público.

Vale ressaltar ainda que, em Campos, o atendimento escolar é feito por meio das duas redes públicas (Estadual e Municipal) e de uma rede privada. No período de 2000-2004 as redes públicas não cresceram (número de matrícula não cresceu, o número de escolas, idem, e o número de professores idem); a rede pública estadual perdeu uma escola. A rede privada, porém, cresceu em número de alunos (cf. dados do IBGE). Estaria o poder público municipal transferindo sua responsabilidade de atender a demanda da população em idade escolar para a rede privada? Se assim for, como se processa essa transferência? Como são escolhidas as escolas da rede privada? Quais as formas que assumem essas transferências? (bolsas de estudo; investimento na infraestrutura das escolas; cessão de professores para a rede privada). Nessa posterior fase de meu trabalho, pretendo examinar as políticas municipais de atendimento ao aluno do ensino fundamental no período de 2000-2005, examinando fatores como: *os convênios firmados pela prefeitura de Campos com a rede privada de ensino; os dados estatísticos do atendimento escolar, cotejando a população em idade escolar versus atendimento escolar; os recursos públicos (25% da receita de impostos, salário educação e fundebe) aplicados na rede pública municipal; os relatórios de prestação de contas do Município.*

## V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1983.
- BRASIL. Congresso Nacional. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96.
- BRASIL, MEC – INEP. O *PROVA BRASIL*. Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, O Globo, 01-07-2006, pp. 12-13.
- Jornal *O Globo*. Rio de Janeiro, O Globo, 26-04-2007.
- DEPOIMENTOS. Professores de Educação Infantil da rede pública Municipal de Campos dos Goytacazes, 2006.
- DEPOIMENTOS. Pais de alunos de Educação Infantil da rede pública Municipal de Campos dos Goytacazes, 2006.
- ESTEVE, José M. et al. *Mudanças Sociais e Função Docente*. In NÓVOA, Antônio (Org). Profissão Professor. Porto Editora, 1991.
- WEBER, Max, 1999, p. 25. A Ciência como Vocação

